Projetos Padrão da Seinfra serão disponibilizados em formato BIM

Modelos serão desenvolvidos por meio de Termo de Doação de Serviços de Modelagem 05 de Maio de 2021 , 8:05

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) e o arquiteto e urbanista Renato Godoi da Cruz firmaram Termo de Doação de Serviços de Modelagem, que vai permitir a disponibilização de alguns modelos de projetos padrão utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), sem ônus e encargos para a Administração Pública.

Essa nova parceria prevê a modelagem utilizando softwares BIM dos projetos padrão de coberturas metálicas de quadras, pontes com vigas metálicas, módulo vestiário grande e doação do serviço de consultoria de acessibilidade e mobilidade reduzida.

Os Projetos Padrão constituem projetos básicos de arquitetura, para diversos tipos de edificações institucionais, como quadra poliesportiva, creche, capela velório, pontes, entre outros. O objetivo desses modelos é homogeneizar especificações, acabamentos e formas de execução nas obras do Estado.

Os modelos serão disponibilizados em formato de arquivo aberto IFC (Industry Foundation Classes), no site da Seinfra, podendo ser acessados pelos interessados, principalmente pelas prefeituras municipais.

Atualmente, esses modelos estão apenas em formato CAD e PDF.

O que é BIM
A metodologia BIM reúne um conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, utilização e atualização de modelos digitais de um empreendimento, virtualmente colaborativo, durante todo o seu ciclo de vida.

Numa comparação simples, os profissionais que utilizam esta metodologia conseguem acompanhar todo o processo por meio virtual, inclusive com maquetes realistas, permitindo um gerenciamento mais preciso, o que contribui, por sua vez, para a melhoria técnica da qualidade de projetos e obras.

A iniciativa permitirá que o Governo de Minas Gerais, de maneira planejada, escalonada, responsável e estratégica, passe a exigir essa metodologia em seus futuros processos de contratação de projetos e obras públicas, com prazo para que a cadeia produtiva se adapte à nova tecnologia. A medida poderá representar economia significativa aos cofres públicos e maior efetividade e otimização no cumprimento de contratos.

Enviar para impressão